

Déficit americano vai abalar o Brasil

Da correspondente

São Paulo — O presidente do Unibanco e da Federação Nacional de Bancos, Roberto Konder Bornhausen, disse ontem em São Paulo que a expansão da economia americana, materializada num déficit comercial que em 84 deverá chegar a 100 bilhões de dólares, terá efeitos diretos sobre as exportações brasileiras no momento em que esse desequilíbrio caminhar para um ajustamento.

Ao falar durante reunião-almoço da Câmara Italiana de Comércio, Bornhausen acrescentou que o déficit comercial dos EUA é razão suficiente para uma eventual desvalorização do dólar e, portanto, de uma provável fuga de capitais do país. Esse fato, associado ao déficit fiscal americano e à política monetária contracionista do Federal Reserve, poderá propiciar um aumento expressivo na taxa de juros dos EUA, o que leva a um dilema: se de um lado, a expansão americana é fundamental para a recuperação das exportações brasileiras, de outro é fonte de preocupação quanto ao custo de nosso endividamento.

Apesar de considerar a redução do déficit público brasileiro para zero, em 84, como um resultado altamente favorável para o equilíbrio da economia, salientou que ela trouxe, em contrapartida, inconvenientes preocupantes.

Entre eles, citou a violenta escalada fiscal ocorrida nos últimos meses, "com discriminatória e exagerada tributação sobre o sistema financeiro", e o corte dos gastos com investimentos, em detrimento da expansão do setor privado e provocando um processo de transferência de renda da sociedade para o Estado. Para o banqueiro, essa política seria mais produtiva e eficiente, além de menos traumática, se os cortes fossem feitos mais acentuadamente no custeio e não no investimento.

Defendendo a manutenção da correção monetária pois ela "não gera inflação", ele afirmou que, apesar da drástica redução de liquidez imposta ao sistema econômico, as taxas de inflação e de juros não apresentaram sinais de queda. A principal razão disso é o descompasso entre o ritmo de valorização dos ativos e passivos financeiros e o do crescimento da base monetária. Em segundo lugar, aparece a própria inflação, traduzida numericamente sob a forma de correção monetária e cambial, que desestabiliza a condução da política monetária. Embora a dívida mobiliária seja pequena em relação ao PIB, é enorme em relação à liquidez primária do sistema econômico, o que tem impacto expansionista sobre as taxas de juros reais. Além disso, é preciso lembrar que o nível da taxa de juros reflete a trajetória da própria infla-

ção. "Sublinhou e "enquanto ela estiver alta, os juros permanecerão altos, apesar da diminuição dos riscos cambiais ter exercido um efeito positivo sobre eles a nível interno".

Bornhausen deixou bem claro que o Sistema Financeiro não tem poder de arbitramento sobre as taxas de inflação, índices de correção monetária, alíquotas de tributação, nível de endividamento do setor público ou risco cambial — componentes predominantes na determinação do comportamento dos juros. "Insisto nesse ponto porque o Sistema Financeiro tem sido por vezes apontado como o principal responsável pelas elevadas taxas de juros". De acordo com o empresário, nada mais equivocado, porque juros altos — só aumentam os riscos potenciais das operações financeiras, prejudicam os bancos e enfraquecem a empresa privada.

ARROCHO 12 MAI 1984

Antes de iniciar a palestra, o banqueiro conversou com os jornalistas presentes sobre as medidas de ajuste que o Governo pretende implantar para recuperar o controle da política monetária. Afirmou que os juros tiveram uma queda expressiva em decorrência das condições de mercado ocasionadas por uma flexibilização maior da política monetária.